

JORNALDA

# AdUFRJ

1295 • 20 de outubro de 2023 • [www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br) • TV ADUFRJ: [youtube.com/adufrj](https://youtube.com/adufrj)

**“A guerra nunca partiu,  
filho. As guerras são  
como as estações do  
ano: ficam suspensas,  
a amadurecer no ódio  
da gente miúda.”**

**Mia Couto**

# ORÇAMENTO DO CONHECIMENTO ENCOLHEU À METADE DE 2014

KELVIN MELO  
kelvin@adufjr.org.br

Em 2024, universidades, agências de fomento e institutos de pesquisa federais terão metade das receitas que já tiveram há dez anos. O alerta é de um estudo do Observatório do Conhecimento divulgado esta semana para senadores e deputados federais. A proposta do governo enviada ao Congresso prevê R\$ 19,07 bilhões para o chamado "Orçamento do Conhecimento", que sustenta todo o sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e educação superior, contra R\$ 38 bilhões da Lei Orçamentária de 2014, em valores atualizados pela inflação.

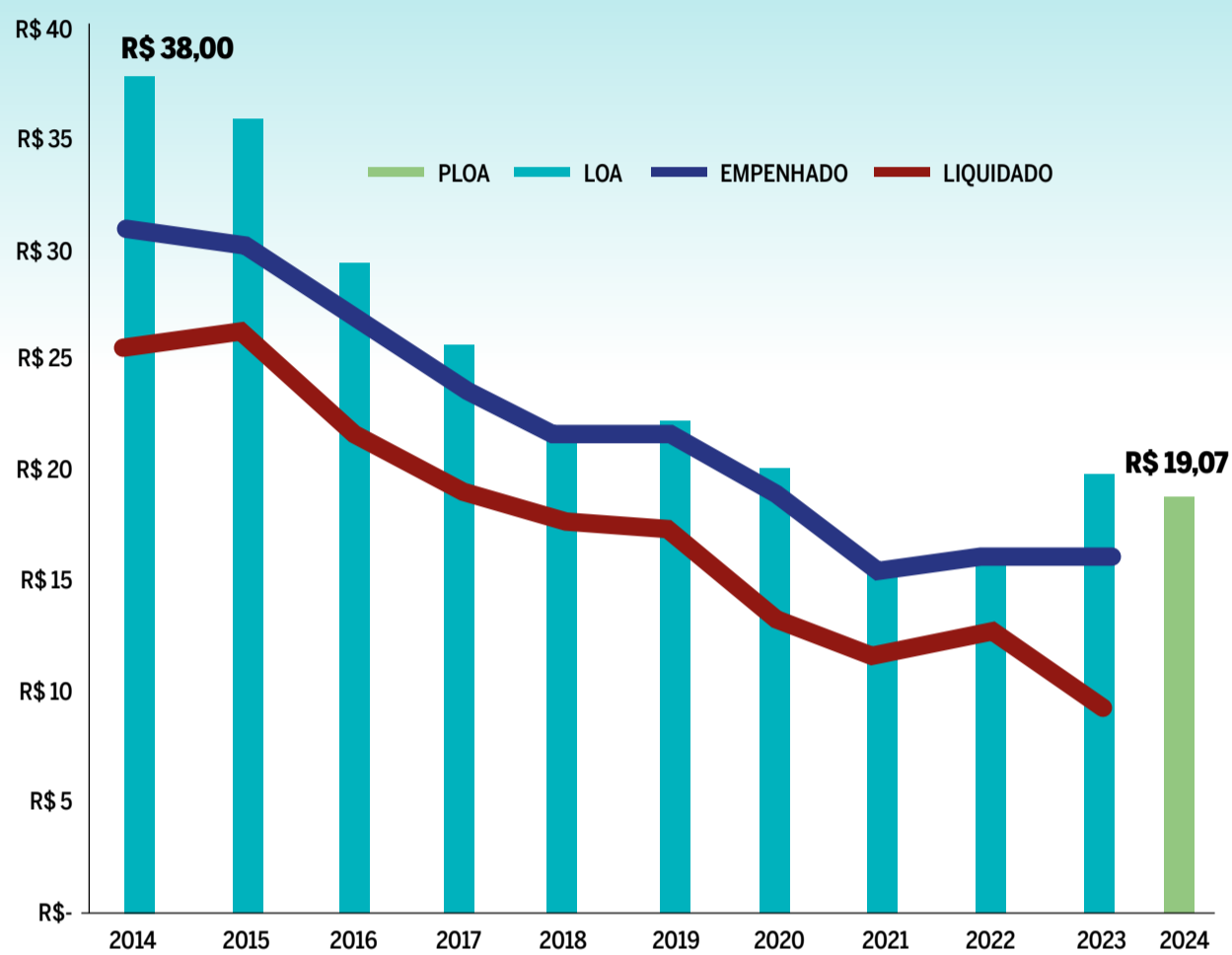
"Em 2023, a gente conseguiu interromper um ciclo de perdas acumuladas que hoje chegam a R\$ 117 bilhões", afirma a presidenta da AdUFRJ e coordenadora do Observatório, professora Mayra Goulart. "Não queremos que este ciclo recomece. Não é isso que esperamos de um governo de esquerda", completa.

"A recomposição do orçamento do conhecimento está muito aquém do necessário para que as universidades se mantenham abertas, para que a pesquisa continue sendo desenvolvida", afirmou a docente.

Em estudos sobre o orçamento, é comum comparar a receita de um ano com a do ano imediatamente anterior ou com a daquele que foi o melhor da série histórica. O Observatório aplica uma metodologia diferente: trabalhando com valores atualizados pela inflação, somou

## ORÇAMENTO DO CONHECIMENTO\*

\*EM BILHÕES DE REAIS



todas as diferenças registradas desde um marco inicial, em 2014, até agora.

Só a UFRJ perdeu R\$ 715,18 milhões, comparando 2023 com 2014. Somando as perdas de todos os anos desde então, os valores chegam a R\$ 2,75 bilhões.

Mas nem tudo está tão ruim. Autora do estudo, a economista Letícia Inácio observa que a recente liberação integral do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) tem papel considerável na recomposição das verbas do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). "Em 2021, por exemplo, o or-

çamento do Ministério era 75% menor do que em 2014. Agora, a PLOA já representa 75% da LOA de 2014. Isso é um ganho, ainda que não recomponha totalmente", diz Letícia, que é pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Economia da UFRJ.

Já a Assistência Estudantil, política fundamental para garantir a permanência de estudantes de baixa renda na universidade, também se recuperou, chegando ao patamar de 85% da LOA de 2015, pico do orçamento para a área.

Letícia tem especial carinho pelo assunto. "Sou fruto da edu-

cação pública, desde a básica. Sei que, sem acesso às políticas públicas de expansão das universidades e a lei de cotas, talvez não estivesse no mestrado hoje. Poder contribuir nessa temática é importante para mim tanto profissionalmente como pessoalmente".

## PL DOS REITORES SUPERA PRIMEIRA ETAPA

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, dia 18, o chamado Projeto de Lei dos Reitores. O PL 2.699/11, que só recebeu um voto contrário do deputado Sargento Gonçalves (PL-RN), determina o fim a lista tríplice, com os dirigentes sendo escolhidos diretamente pelas respectivas comunidades acadêmicas.

"O Observatório do Conhecimento participou dessa construção e contribuiu para a aprovação", comemorou a presidenta da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, que acompanhou a reunião da comissão, em Brasília (DF). "Nós vivemos um momento histórico. Aprovamos um projeto que reforça a autonomia da universidade", afirmou o relator do PL, deputado Patrus Ananias (PT-MG). Agora, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), ainda na Câmara. "Aprovado lá, já estará aprovado na Câmara e daí vai para o Senado Federal", completou.

## DOCUMENTO FOI APRESENTADO A VÁRIOS PARLAMENTARES

Menos de doze horas após assumir a presidência da AdUFRJ, a professora Mayra Goulart desembarcou em Brasília para defender os interesses dos docentes e das universidades públicas. Ao longo de dois dias, a dirigente — que também coordena o Observatório do Conhecimento — visitou gabinetes e salas de comissões para distribuir o estudo sobre as perdas orçamentárias da educação superior federal e dos institutos de pesquisa.

"A atuação no Congresso junto aos parlamentares é o caminho para aumentar essa previsão orçamentária que foi enviada pelo Executivo", afirma Mayra. "Esta é uma forma

de luta não tradicional na qual a nossa diretoria aposta. E na qual também apostamos enquanto coordenação do Observatório do Conhecimento". O documento foi entregue à assessoria do senador Carlos Viana (Podemos-MG) e aos deputados Erika Kokay (PT-DF) e Elvino Bohn Gass (PT-RS). Carlos Viana é vice-presidente da Comissão Mista do Orçamento e Elvino é o relator do Plano Plurianual dentro da CMO. Ele se comprometeu a intermediar o diálogo entre o Observatório e a presidenta da comissão, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), além do relator setorial de Educação, assim que for designado.

Destaque na agenda também



**MAYRA** solicitou audiência ao deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade), coordenador da bancada federal do Rio de Janeiro. Mayra solicitou uma audiência para tratar do reajuste salarial dos servidores

e dos problemas de infraestrutura que assolam a UFRJ. Na conversa, o parlamentar se comprometeu a marcar uma reunião da bancada para discutir a situação não só da maior federal do país, mas das demais universidades do Rio, nos próximos dias.

O Observatório compareceu ainda a uma atividade organizada pela Frente Parlamentar Mista da Educação, no dia 17. Na ocasião, houve o lançamento de um termo de compromisso pela valorização e desenvolvimento dos professores e professoras brasileiros, com a participação de diversas entidades da área da Educação.

# Consuni aprova distribuição de 410 vagas docentes

Número contempla apenas a reposição de aposentadorias, exonerações e falecimentos ocorridos entre setembro de 2019 e março deste ano. Nem todos os concursos poderão ser realizados este ano

KELVIN MELO  
kelvin@adufjr.org.br

O Conselho Universitário aprovou a distribuição de 410 vagas docentes por 46 unidades da UFRJ, em sessão extraordinária realizada no dia 19. Todos elogiaram o trabalho da comissão responsável pelo relatório avaliado, mas não faltaram críticas ao resultado final.

O primeiro problema é que a partilha das vagas limitou-se apenas à reposição da força de trabalho perdida entre 1º de setembro de 2019 e 20 de março deste ano. São todas as vacâncias — aposentadorias, exonerações e falecimentos, por exemplo — daquele período. "Esta é uma universidade que cresce. Portanto, a reposição nunca será satisfatória pelo fato de nossa estrutura estar sempre em movimento", afirmou a professora Walcy Santos, representante dos titulares do CCMN.

Pelo critério, há unidades que não receberão sequer uma vaga. Dois exemplos foram citados pelo decano do CCS, professor Luiz Eurico Nasciutti. "Faculdade de Fisioterapia e Nutes não foram contempladas com alocação de vagas, pois não apresentaram vacâncias no período estabelecido. A manutenção de projetos institucionais ficará comprometida devido ao déficit de docentes", observou.

Quem recebeu pouco também reclamou, projetando novas perdas em um futuro próximo. A professora Maria Inês Tavares relatou que o Instituto de Macromoléculas só teve direito a uma vaga. "Somos apenas 19 docentes. Vamos passar a ter 20. Em 2026, teremos duas aposentadorias compulsórias. Uma em janeiro e outra em julho. Teremos então um decréscimo", disse. "Contamos com a sensibilidade do conselho e da reitoria para nos agradecer pelo menos mais três vagas".

Apesar das solicitações, apenas uma unidade conseguiu sair do Consuni com mais vagas que o previsto. O Instituto de Computação, criado no final de 2020 com docentes oriundos de um departamento do Instituto de Matemática, ganhou mais quatro. Os conselheiros entenderam que as vacâncias sofridas naquele departamento (três aposentadorias e uma exoneração), antes da criação do IC, deveriam ser compensadas para o novo instituto.

## GANHARAM MAIS VAGAS:

**Medicina**  
58

**Escola Politécnica**  
21

**Coppe**  
20

**Instituto de Química**  
16

**FACC**  
15

**Instituto de Matemática**  
15

**CM-UFRJ Macaé**  
15

**Faculdade de Educação**  
14

**Enfermagem**  
13

**Faculdade de Letras**  
12

**Museu Nacional**  
12

**Física**  
12

**Economia**  
12

**ICB**  
11

**FAU**  
10

**Odontologia**  
10

## NÃO HÁ VAGAS NOVAS

O colegiado deliberou com base em um relatório elaborado pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav). Composto por representantes do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) e da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), o grupo trabalhou de fevereiro a agosto em cima dos dados encaminhados pelas unidades e pela administração central.

Presidente da Cotav, o professor Fábio Freitas explicou que a UFRJ não dispõe de vagas novas



ALESSANDRO COSTA

**APROVADO** Conselho Universitário, no Salão Nobre do CCMN, aprova alocação das vagas docentes

para distribuir entre as unidades. "Isso não é uma decisão da Cotav. Se a gente fizer algo de expansão para uma unidade, significa a redução de docentes em outra unidade. O critério emergencial é garantir o mínimo", disse.

Além de verificar as vacâncias, a Cotav também estabeleceu uma lista de prioridades para a alocação das 410 vagas, de acordo com as necessidades de cada local, até a próxima distribuição. Isso quer dizer que esse total não será distribuído de uma vez só. E, por consequência, algumas unidades não terão tão cedo esses reforços docentes.

Exemplo: a Faculdade de Medicina tem direito a 58 vagas. Mas, como a reitoria pretende lançar um edital com 250 vagas este ano (veja quadro), a faculdade só poderia preencher as oito vagas que possui listadas até este número, na ordem de-

“Se a gente fizer algo de expansão para uma unidade, significa a redução de docentes em outra unidade”

**FÁBIO FREITAS**

Presidente da Cotav 2023

terminada pela Cotav.

A situação será mais fácil para unidades em que há concursos ainda válidos, com aproveitamento de candidatos já aprovados. "Isso implica em economia de tempo e recursos e

o professor pode ir mais rápido para a unidade, porque já foi concursado", afirma a vice-reitora, professora Cássia Turci. "Estamos vendo os concursos que vão caducar para agilizar, caso as unidades queiram nomear aprovados nas listas", reforça o superintendente de Pessoal, Rafael Pereira.

## FALTA INFORMAÇÃO

Ao longo da discussão do Consuni, houve um consenso. O árduo trabalho da Cotav, ao longo de pouco mais de seis meses, mostrou que a UFRJ precisa de um sistema de informações unificado e confiável. "Só quem já participou da Cotav sabe o trabalho louco que é juntar os dados desta universidade. A UFRJ ainda carece de um sistema unificado de informação", disse o professor Ricardo Medronho, representante dos eméritos no conselho.

## CONCURSO COMPLEXO

A secretaria da comissão executiva de concursos docentes da Pró-Reitoria de Pessoal informou à reportagem como funciona todo o processo a partir de agora: o setor prepara um quadro de vagas, considerando as vagas listadas pela Cotav, acrescenta vagas de republicação de editais anteriores, vagas de redistribuição, reserva técnica do reitor e exclui as vagas Cotav que as Uni-

dades farão aproveitamento de editais na validade. Em seguida, o quadro é enviado às unidades para confirmarem as setorizações e informarem seus requisitos. Estes requisitos incluem programas e os pontos para sorteio nas provas, cronogramas de execução de cada setorização, banca e bibliografia. A PR-4 também organiza o edital do sorteio das vagas a serem destinadas prioritariamente a pessoas com

deficiência e das vagas a serem destinadas prioritariamente a pessoas negras.

## CRONOGRAMA (previsão)

Fechamento das informações com as Unidades: 23 a 27/10

Editais de sorteio de cotas, publicação e sorteio: até 13/11

Publicação do edital geral: 17/11

# Maré ocupada: AdUFRJ cobra reitoria sobre aulas

> Sindicato entregou carta ao reitor solicitando protocolo sobre rotina acadêmica durante a ocupação da Maré pela Polícia. Muitos alunos não estão conseguindo assistir às aulas e fazer provas

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

Professores, estudantes, técnicos e terceirizados da UFRJ viveram dias de incerteza e medo. A Maré – complexo de favelas vizinho ao campus do Fundão – sofreu seis dias de intensos conflitos armados em megaoperações policiais. O complexo da Penha e a Cidade de Deus foram outras regiões que enfrentaram operações simultâneas com o objetivo de enfraquecer o poderio da segunda maior facção criminoso do país. No meio do fogo cruzado, moradores sitiados, muitos dos quais estudantes e trabalhadores da universidade.

Os conflitos aconteceram exatamente na semana de provas da UFRJ. Diante do apelo daqueles que não conseguiram chegar ao campus para realizar as avaliações, a reitoria da universidade liberou comunicados informais – em geral no início de cada manhã – com recomendações às unidades para que os professores não aplicassem provas e abonassem eventuais faltas. O problema é que essas notas só foram divulgadas quando muitos alunos e professores já estavam em sala de aula. Outra dificuldade foi a falta de clareza sobre como proceder preventivamente nos dias que seguiram com conflitos.

Diante de tantas incertezas, a diretoria da AdUFRJ entregou uma carta ao reitor cobrando



posição assertiva e protocolos em dias de operação policial. No texto, a diretoria aponta a precariedade dos professores que, nos últimos dias, não contaram com orientações claras sobre como proceder durante as operações policiais (veja abaixo).

O documento foi entregue no dia 19 pela vice-presidente da AdUFRJ, professora Nedir do Espírito Santo, ao reitor Roberto Medronho. Ele se comprometeu a instalar um grupo de trabalho para tratar do tema. As representações estudantis,

AdUFRJ e Sintufrrj terão assento. “Quero acionar este GT já na próxima semana, com a participação de especialistas em segurança pública de nossa universidade”, garantiu Medronho. Nedir considerou positiva a resposta da reitoria. “Vai ao encontro de nossas preocupações”, avaliou. “O reitor foi bastante receptivo às reivindicações dos professores”, afirmou a dirigente. “Ao longo do Consuni, outras falas reforçaram a importância do que destacamos no nosso documento”, observou a professora. “Os professores não podem tomar decisões sem o respaldo da administração central”.

“Foram seis dias muito tensos, de muito medo e crises de ansiedade”, revela Raniery Soares, estudante do oitavo período de Letras. “Há um prejuízo acadêmico inegável”, conta o estudante, morador do Parque Maré. “É bastante cansativo lidar com todo esse contexto social e ainda ter que se desgastar para explicar o óbvio”, lamenta. “Já troquei oito vezes os vidros das janelas aqui de casa, por conta de balas perdidas. Todo mundo tem direito à vida, ao menos deveria ter”.

## SEM DIREITOS

Além dos estudantes que não puderam chegar à universidade, os serviços na Maré também fecharam as portas. Escolas e postos não funcionaram. “Meus filhos e meus amiguinhos não tiveram o dia do cabelo maluco, nem a festa de dia das crianças. Nossas crianças não puderam

celebrar sua própria infância. Isso é muito cruel”. O movimento estudantil reivindicou abono de faltas, adiamento das avaliações e garantia de segunda chamada para todos os estudantes. Na página oficial, o DCE informou que, em conversa prévia com a administração central, a reitoria se comprometeu a atender às reivindicações estudantis. A nota oficial da reitoria foi emitida na tarde de 18 de outubro.



“Os professores não podem tomar decisões sem o respaldo da administração central”.

NEDIR DO ESPIRITO SANTO  
Vice-presidente da AdUFRJ

“Foram seis dias muito tensos, de muito medo e crises de ansiedade”.

RANIERY SOARES  
Estudante de Letras

Professores do departamento de Ciência da Literatura da Faculdade de Letras também se manifestaram solicitando uma orientação clara sobre os procedimentos em dias de operações policiais.

## TEMA NO CONSUNI

A ocupação da Maré dominou a primeira etapa da reunião do Consuni. O professor Afrânio Barbosa, decano do Centro de Letras e Artes, leu documento emitido pelo seu conselho de Centro. “Trago relato sobre preocupação com a falta de um protocolo de ação unificado sobre o ensino remoto no contexto de operação policial. Para o aluno, não adianta um professor decidir pelo remoto e o colega vizinho de horário decidir pelo presencial”, pontuou. “Há dúvidas, ainda, se será garantida às unidades a mudança do calendário, caso queiram suspender as atividades até a normalização da situação”, disse.

O grupo estudantil “A UFRJ é nossa”, de oposição ao DCE, entregou carta aos conselheiros e pressionou a reitoria para a criação de um protocolo de segurança. “Sabemos que esta não é uma situação isolada. Quase diariamente acontecem operações na Maré ou em outras comunidades”, apontou a estudante Sofia Salinos, representante estudantil no Consuni. O grupo reivindicou a instalação de um GT para elaborar um protocolo de segurança. O manifesto foi assinado por 570 estudantes da graduação e da pós-graduação.



ACIDENTES EM SÉRIE: Reboco do teto da sala 406 caiu e um ventilador despençou do teto da sala 306. As duas salas estavam em aula e, por sorte, ninguém saiu ferido

# Sob ameaça de suspensão das aulas, IFCS terá vitória

> Diante de protesto de alunos no Consuni, reitor promete visita na terça-feira para avaliar as más condições estruturais do prédio histórico. Comunidade aponta indicativo de paralisação para 8/11

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrrj.org.br

Nos últimos dez dias, dois graves acidentes evidenciaram as péssimas condições estruturais do prédio histórico que abriga o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e o Instituto de História (IFCS-IH) da UFRJ no Largo de São Francisco, Centro do Rio. Um ventilador despençou do teto na sala 306 e, na sala 406, parte do reboco do teto caiu. As duas salas estavam em aula e, por pouco, alunos não saíram feridos. Os problemas estruturais no prédio levaram os professores a dar um prazo de 30 dias à direção do IFCS-IH para apresentar soluções e há um indicativo de paralisação das aulas para o dia 8 de novembro.

“Nessa assembleia, esperamos oficializar esse indicativo. Não são problemas pontuais, estão para acontecer mais acidentes. E isso afeta a nossa condição de estudo. Até quando vamos ter aula, até quando os técnicos e terceirizados vão continuar trabalhando? Até acontecer um acidente fatal? Até acontecer um incêndio? Como vamos evacuar o prédio? Não temos sinalização, as escadas não têm faixa antiderrapante, a escada de emergência não tem corrimão”, sustentou Pedro Albertim.

## SITUAÇÃO PRECÁRIA

As más condições de estrutura do IFCS-IH ganharam repercussão com uma carta conjunta apresentada na reunião da Congregação do IFCS no último dia 4 e enviada à direção da unidade pelos departamentos de Antropologia Cultural, Ciência Política e Sociologia e pelo CACS. Professores e alunos se uniram para fazer um levantamento sala a sala dos problemas e formaram um dossiê que sustenta a denúncia. “Consideramos que as atuais condições do prédio se encontram inadequadas, perigosas e arriscadas para a continuidade das atividades de ensino”, alerta a carta, informando ainda que, caso as demandas não sejam atendidas, “o corpo docente de Ciências Sociais se verá compelido a realizar uma paralisação das atividades”.

Na quinta-feira (19), estudantes do IFCS-IH protestaram com gritos e faixas na sessão do Conselho Universitário. Eles também divulgaram uma carta em que denunciavam os problemas do prédio e o atraso frequente nos salários dos terceirizados. O reitor Roberto Medronho prometeu para a próxima terça-feira



MANIFESTAÇÃO dos estudantes no Consuni sensibilizou a reitoria, que prometeu visita no IFCS-IH



Nossa proposta é fazer tudo para resolver pelo menos os mais graves problemas que temos no IFCS”

ROBERTO MEDRONHO  
Reitor da UFRJ

(24) uma vitória no prédio do IFCS-IH, a partir de 9h. “Toda a reitoria visitará o IFCS na terça-feira, com a prefeitura, com o ETU, com nossos pró-reitores para verificar toda a situação e as justas reivindicações de alunos, docentes e técnicos. Nossa proposta é que a gente faça tudo para resolver pelo me-

nos os mais graves problemas que temos lá, dos quais temos ciência e estamos aqui para enfrentá-los. Depois da visita, queremos uma reunião com o corpo social, queremos estabelecer essa interação, esse diálogo e também colocarmos algumas questões sobre por que algumas dessas justas reivindicações ainda não foram atendidas. Mas não apenas com justificativas, mas com propostas concretas de solução. A reitoria está empática, acolhe as justas reivindicações”, disse o reitor.

Na mesma sessão do Consuni, o pró-reitor de Finanças, professor Helios Malebranche, lembrou que há recursos disponíveis do orçamento participativo. “No caso do IFCS são R\$ 35 mil. E o limite de empenho desses recursos é até esta sexta-feira (20)”, destacou o pró-reitor. O diretor do IFCS, Fernando Santoro, disse que solicitou 100% do orçamento participativo,

mas a unidade gestora que os empenha é o CFCH. Disse ainda que, em 2022, o IFCS foi a única unidade do CFCH a empenhar e usar 100% do orçamento participativo. “Pretendemos repetir o desempenho. As travas às reformas estruturais não estão no orçamento participativo, mas na demora da execução dos projetos e obras já licitadas”, acrescentou o professor.

Tombado pelo Iphan e pelo Inepac (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), o prédio do IFCS tem suas origens no século XVIII. Datam de 1749 os primeiros registros de construção de uma nova Sé para o Rio de Janeiro no local. Após várias interrupções por falta de recursos, o terreno foi destinado a sediar a Real Academia Militar, em 1812. Transformada, em 1874, em Escola Politécnica, seria integrada à Universidade do Brasil em 1937. Desde 1960, o prédio sedia o IFCS.

## NOTA ADUFRJ

Ao Magnífico Reitor Professor Roberto de Andrade Medronho

Ao cumprimentarmos respeitosamente Vossa Magnificência, gostaríamos de informar que inúmeros docentes de nossa instituição procuraram nossa representação sindical nos últimos dias com relatos de prejuízos nas suas atividades de ensino, tendo em vista informes liberados de última hora recomendando a não realização de avaliações em dias previamente programados.

Compreendemos toda complexidade dos episódios de violência no Complexo da Maré e em outras comunidades do Rio de Janeiro e sinalizamos nossa preocupação com a vida de alunos, professores e servidores que vivem nessas regiões ou

atravessam áreas de conflito no deslocamento para o campus da Cidade Universitária. Igualmente assinalamos nosso compromisso com o processo de ensino-aprendizagem na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, consideramos injusto e juridicamente complexo transferir a decisão sobre a execução ou não de atividades didáticas para as mãos dos docentes, através de uma decisão sobre a execução ou não de atividades didáticas para as mãos dos docentes, através de deliberar, explicitamente, o que deve ser feito. Se a reitoria, baseada nas informações de que dispõe, decide que é inseguro que tenhamos atividades acadêmicas, que tome a decisão de suspendê-las, prorrogando o término do período letivo para não prejudicar o semestre. Se decide que as

condições são suficientes para o aumento da segurança, mas não para paralisar as atividades, que também se pronuncie. O que não podemos admitir é que mensagens ambíguas resultem em insegurança jurídica e em um estresse adicional aos nossos docentes e estudantes.

Assim, a AdUFRJ solicita que a reitoria da UFRJ se posicione explicitamente e com antecedência mensagens que apenas acontecimentos e proveja aos docentes instruções administrativas assertivas e necessárias para minimizar o prejuízo aos docentes e alunos de nossa instituição.

Atenciosamente,  
Professora Nedir do Espírito Santo  
Vice-Presidente  
Biênio 2023-2025



ALESSANDRO COSTA

ENTREVISTA | MICHEL GHERMAN, PROFESSOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (IFCS) DA UFRJ

# ‘BIBI E HAMAS DANÇARAM UMA DANÇA MACABRA POR 14 ANOS’

ALEXANDRE MEDEIROS E ANA BEATRIZ MAGNO  
comunica@adufjr.org.br

**M**ichel Gherman, 48 anos, é um humanista contundente. Defende a paz no Oriente Médio com argumentos afiados que vão muito além de lugares comuns e imagens comovidas. Esperançoso, ele acredita que os conflitos chegaram a um limite de barbárie que podem obrigar o planeta a reconfigurar o tabuleiro político mundial. “Nunca estivemos tão longe e tão perto da paz”, diz o professor de Sociologia do IFCS e da Universidade de Jerusalém.

Filho de mãe libanesa, Michel viveu em Israel mais de dez anos e chama Gaza de prisão. “Gaza é uma prisão a céu aberto, que tem como carcereiro o Hamas”, define o docente, insone desde 7 de outubro, quando os ataques terroristas do Hamas mataram mais de mil pessoas em Israel e desencadearam uma ofensiva desumana do exército de Benjamin Netanyahu.

“Bibi Netanyahu e Hamas são produtores de uma dança macabra. Eles são a garantia absoluta de que não haverá Estado Palestino, não haverá a paz e nem haverá um acordo. Eles dançaram juntos durante 14 anos, produzindo aqui e ali bombardeios e mortes calculados de lado a lado. Agora o Hamas pisou no pé do Netanyahu e fez a música desafinar”, analisa o professor que, além de conviver com a dor de perder amigos em Israel e na Palestina, enfrenta também a intolerância da extrema direita bolsonarista.

O último ataque odioso ocorreu na PUC, na terça-feira, durante um debate sobre a guerra. A violência foi tamanha que Michel se retirou da reunião sob os gritos e urros de bolsonaristas que o xingavam de antissemita. “Sou mais judeu que tudo. Tenho vínculo religioso com o judaísmo. Sou mais judeu que flamenguista, mais judeu que carioca. Só não sou mais judeu que professor”.

● **Jornal da AdUFRJ: Por que o senhor decidiu se retirar do debate na PUC?**

■ **Michel Gherman:** Porque percebi um simulacro, uma mimetização da academia. Um debate supostamente aberto, onde todos podem falar, perguntar, responder. A direita chama isso de apresentação do contraditório, que é um termo que tem sua origem na política. Não há contraditório na universidade, há reflexão. Contraditório é quando há duas versões sobre um fato e você tem que apurar qual é a verdadeira. Mas isso se faz na delegacia, não na universidade. Na verdade, eu fui ao debate numa perspectiva mimetizada de universidade, mas que na verdade reproduzia a dimensão da delegacia. Havia lá alunos pró-palestinos que não gostaram de minha apresentação inicial e não me atacaram por isso. Fizeram até perguntas que eu tentei responder e não me deixaram sequer responder. Quem fez isso foram alunos de extrema direita que chegaram lá com a tarefa clara de não escutar. Quando eu percebi que não tinha mais com quem falar e que o objetivo lá era produzir uma manchete para bolsonaristas, me transformando num apoiador do Hamas, eu levantei e fui embora. Foi uma tentativa de criminalização dos professores.

● **Benjamin Netanyahu é uma referência dessa extrema direita e o Hamas pode ser uma referência no campo oposto, sustentando um ao outro?**

■ Eu os chamo de produtores de uma dança macabra. Eles são a garantia absoluta de que não haverá Estado Palestino, não haverá a paz e nem haverá um acordo. Eles dançaram juntos durante 14 anos, produzindo aqui e ali bombardeios e mortes calculados de lado a lado. Agora o Hamas pisou no pé do Netanyahu e fez a música desafinar. Essa dança quer silenciar os setores mais progressistas de lado a lado. “Bibi” Netanyahu quase matou a esquerda israelense e o Hamas, com a ajuda de Netanyahu, desqualificou a Autoridade Nacional Palestina (ANP).

● **O senhor vê perspectiva de convivência, de encontro entre esses dois campos, cada um com seu lugar?**

■ A experiência que eu tenho me leva a crer na possibilidade de encontro, de superposição de identidades. Sou judeu filho de uma mãe que nasceu no Líbano, a língua árabe não me é estranha. A história do sofrimento palestino lembra a da minha mãe no Líbano. Eu acredito profundamente na coexistência. Quando a existência está garantida, é possível falar em coexistência. Enquanto tiver ocupação dos territórios palestinos por Israel, não tem existência garantida para os palestinos. Se não tiver garantia da existência de um grupo específico, a coexistência é balela. Pego um carro e vou a Ramala, na Cisjordânia, visitar amigos. Mas eles não podem ir até Jerusalém me visitar. A primeira etapa para essa



REPRODUÇÃO



**Eu acredito profundamente na coexistência. Quando a existência está garantida, é possível falar em coexistência. Enquanto tiver ocupação dos territórios palestinos por Israel, não tem existência garantida para os palestinos**

coexistência é a garantia de liberdade e de dignidade para aqueles que estão sob ocupação militar.

● **Dos territórios ocupados, a pior situação é a da Faixa de Gaza. Como o senhor a descreveria?**

■ Gaza é uma prisão a céu aberto, que tem como carcereiro o Hamas. O Hamas funcionou como carcereiro de Netanyahu durante 14 anos. Está havendo neste momento um deslocamento compulsório da população de Gaza em direção ao sul, e isso é um crime de guerra. Pode ser que isso seja de fato uma tentativa de esvaziamento populacional do norte de Gaza e de reocupação do território por Israel, o que é uma tragédia. O Egito já avisou que não vai receber esses refugiados, alegando que esse é um problema que tem que ser resolvido por Israel e pela Palestina. O presidente egípcio sugeriu abrir um espaço no Deserto de Negev,

ao lado de Gaza, para abrigar os civis palestinos em fuga.

● **Diante desse cenário, o senhor vê a possibilidade de acordo?**

■ A solução não pode ser militar, tem que ser política. Não é com ataques militares que o Hamas vai sair do poder. O nível de barbárie do ataque terrorista que o Hamas produziu dentro de Israel tira do Hamas qualquer legitimidade política dentro dessa região. Mas há possibilidade de acordos com outros atores, como a Autoridade Nacional Palestina. Há caminhos como a Iniciativa de Genebra, produzida pela esquerda israelense e pela esquerda palestina, que prevê um programa completo com três etapas: a saída dos territórios, com troca eventual de territórios se for preciso, a construção de um Estado Palestino ao lado de Israel e o reconhecimento mútuo das nacionalidades e das tragédias coletivas de parte a parte. Isso tudo é possível.

● **Mesmo com a extrema direita no poder em Israel e a expansão das colônias?**

■ Hoje, 86% dos israelenses são a favor da saída de Netanyahu e 56% são a favor da saída dele durante a guerra. A percepção que se tem é que “Bibi” é um cachorro morto, um cadáver político. Esse governo de Israel deu espaço de expansão para a utopia reacionária de uma extrema direita pró-colonos que estabelece atitudes como a de concretar nascentes de água em algumas regiões para expulsar as pessoas e avançar com as colônias. Não é uma política pública, mas tem o consentimento do governo. É que vemos na Cisjordânia. Há violência deliberada contra palestinos dentro de cidades palestinas, com os chamados pogroms, feitos por colonos. Uma das consequências dessa violência é a per-

cepção de que os lugares sagrados muçulmanos e as aldeias palestinas estão sob risco pelos extremistas judeus. Há a percepção de que há uma guerra religiosa em andamento. E essa guerra produz reações. O Hamas usou essa narrativa em Gaza para mobilizar a população. E não há colonos em Gaza. Mas isso só reforça minha percepção de que esse governo de Israel é muito prejudicial não só à imagem de Israel no mundo, mas para a paz na região.

● **Outros países teriam interesse em uma mudança de cenário na região?**

■ É tudo muito complexo. Há um projeto alternativo de hegemonia na região que envolve o Hezbollah, o Hamas e o Irã, que tem interesse na guerra. E há outro projeto mais amplo que envolve a normalização das relações de Israel com a Arábia Saudita e avanços de negociação com a China. E não necessariamente esses projetos são contraditórios. O Irã e a Arábia Saudita têm feito aproximações, chegaram a ter troca de representação diplomática. É uma fase de mudança nas peças do tabuleiro político internacional. Estamos no meio das trevas no Oriente Médio, mas se podem produzir alternativas concretas de hegemonia na região.

● **Que alternativas seriam essas?**

■ Se você exclui o Hamas, e essa é a tarefa que o Biden está tendo, e retira a extrema direita do governo israelense, a gente abre portas para dois elementos importantes: os progressistas israelenses e a Autoridade Nacional Palestina. Pode ter algum arranjo político que faça o Estado Palestino ser viável e legítimo



em breve, o que levaria a uma normalização das relações dos países árabes com Israel e ao enfraquecimento desse eixo de hegemonia que envolve o Hamas e o Hezbollah. É uma situação muito interessante, com a construção de um novo Oriente Médio, com menor participação dos Estados Unidos e maior participação da China.

● **Então a China pode surgir como uma potência de influência na região?**

■ A coisa que a China menos quer é uma guerra no Oriente Médio agora. Um elemento crucial dessa história é a China. Podemos ver a China exercer um papel de superpotência no Oriente Médio a partir de suas negociações na região. Se a gente não tem uma guerra total agora no Oriente Médio isso tem a ver com a influência da China nos bastidores.

● **Como o senhor tem visto a atuação do Brasil nesse processo, já que o país ocupa a presidência do Conselho de Segurança da ONU neste momento?**

■ Poucas vezes o Lula esteve numa posição estratégica tão confortável. Está na presidência do Conselho, tem bons contatos tanto com os israelenses quanto com os palestinos da Cisjordânia, a Autoridade Nacional Palestina, tem uma relação positiva com setores internacionais envolvidos nessa história. E Lula segue a gramática proposta pelas Nações Unidas, resgata sua tradição diplomática que vem desde o século XIX. Poucas vezes o Brasil teve tantas oportunidades de ser protagonista de fato na busca da paz, do término de um conflito como o que estamos vendo agora. É impressionante o que o Lula tem feito.

● **Apesar de terem opiniões divergentes sobre o conflito, o senhor e o jornalista Breno Altman figuram neste momento como “traidores da causa sionista” por grupos radicais de extrema direita. O senhor teve que abandonar um debate na PUC-Rio há alguns dias e o Altman vem sendo ameaçado nas redes sociais com retaliações físicas. Como o senhor se vê nessa situação?**

■ Cheguei à conclusão de que a extrema direita é profundamente inepta. Há uma dimensão histórica dessa extrema direita que diz que a esquerda é muito influenciada por ideologia. A direita, ao contrário, lidaria com questões técnicas. Os dois elementos centrais da extrema direita são segurança e amor à Pátria. Esses dois elementos centrais implodiram. Aqui no Brasil, o relatório final da CPMI dos atos golpistas de janeiro fala de traição à Pátria, com a participação dos mi-



litares. Benjamin “Bibi” Netanyahu também falava de segurança e amor à Pátria e produziu a maior matança que Israel já teve em sua história. Segurança? Ele não conseguiu defender seus concidadãos. A extrema direita só vê a sua perspectiva, tem uma incapacidade absoluta de olhar o outro. Eu e Breno Altman estamos em lados opostos numa percepção de mundo. Certa vez, ele me chamou de rato sionista. Não há concordância entre nós em nenhum campo. E o que a extrema direita faz? Nessa sua incompetência de ver o mundo, essa extrema direita colocou a mim e ao Bruno Altman no mesmo lugar.

● **Mas ambos são vítimas de intolerância, não? No seu caso, dentro de uma universidade, que deveria ser um lugar de diálogo.**

■ Aqui cabe darmos mil vidas à universidade pública e gratuita. Isso não aconteceu na UFRJ, na UFF ou na Uerj. E não é casual. A relação direta entre consumo e prestação de serviços é reproduzida nas universidades particulares a partir de



# Comunidade científica critica cortes na Capes

> Tesourada atinge bolsas, programas de formação de professores e recursos da Diretoria de Relações Internacionais da agência. Semana foi marcada por atos contra o contingenciamento

KELVIN MELO E SILVANA SÁ  
comunica@adufrrj.org.br

Entidades da comunidade científica enviaram uma carta ao Ministério da Educação no dia 13 para criticar os recentes cortes na Capes. Nos últimos dois meses, a Capes sofreu um contingenciamento de R\$ 66 milhões e um corte de R\$ 50 milhões. A “tesourada” atinge bolsas, programas de formação de professores da educação básica e recursos da Diretoria de Relações Internacionais da agência de fomento.

No documento, SBPC, Academia Brasileira de Ciências e Andifes, entre outras entidades, alertam que “nos últimos anos, especialmente no governo anterior, a supressão de bolsas de estudos do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) atingiu um nível extraordinário, provocando a desistência de estudantes dos cursos de mestrado e doutorado e influenciou, diretamente, na inédita queda da produção científica brasileira em 2022, visto que mais de 90% dela é oriunda do nosso SNPG”.

O documento conclui que “com os recentes bloqueios, cortes e uma perspectiva muito desfavorável no Projeto de Lei Orçamentária 2024 para a Capes, fica difícil acreditar no lema “A Ciência voltou”, pois é justamente no SNPG onde se encontra o esteio central do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro”.

Outro grupo que se manifestou contra os cortes foi o Colégio de Pró-reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Em nota, os pró-reitores brasileiros afirmam que o cenário de déficit de R\$ 200 milhões no orçamento

to da Capes para o ano que vem é “preocupante” e que “programas estratégicos da agência podem ser comprometidos”.

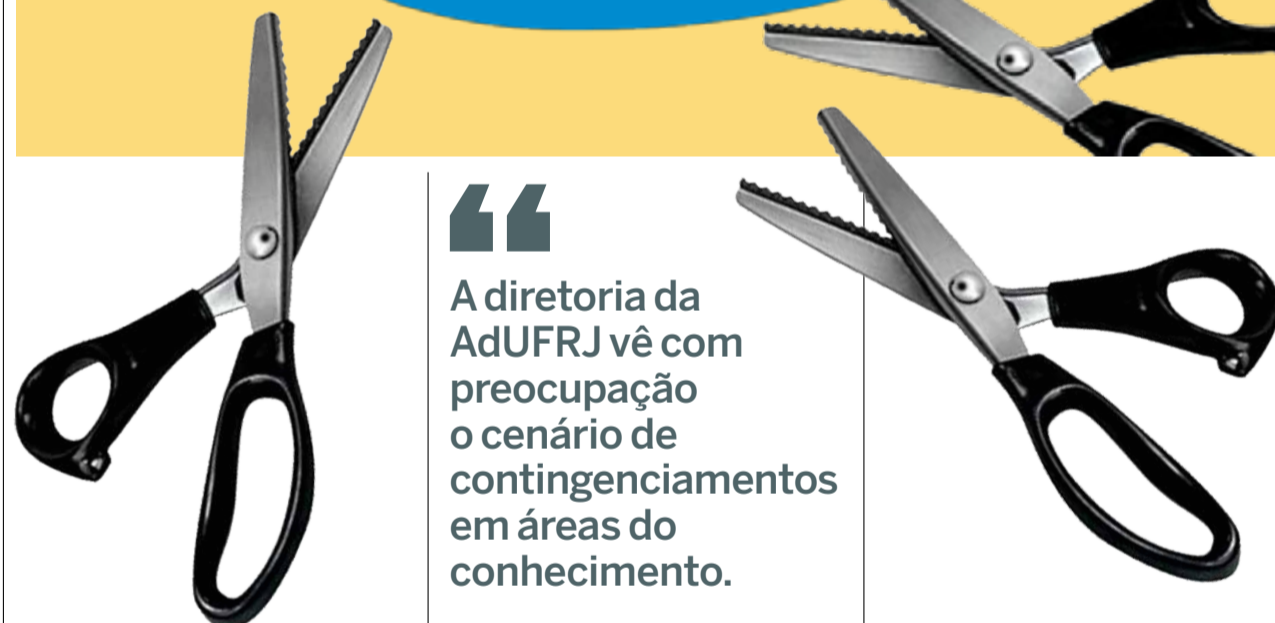
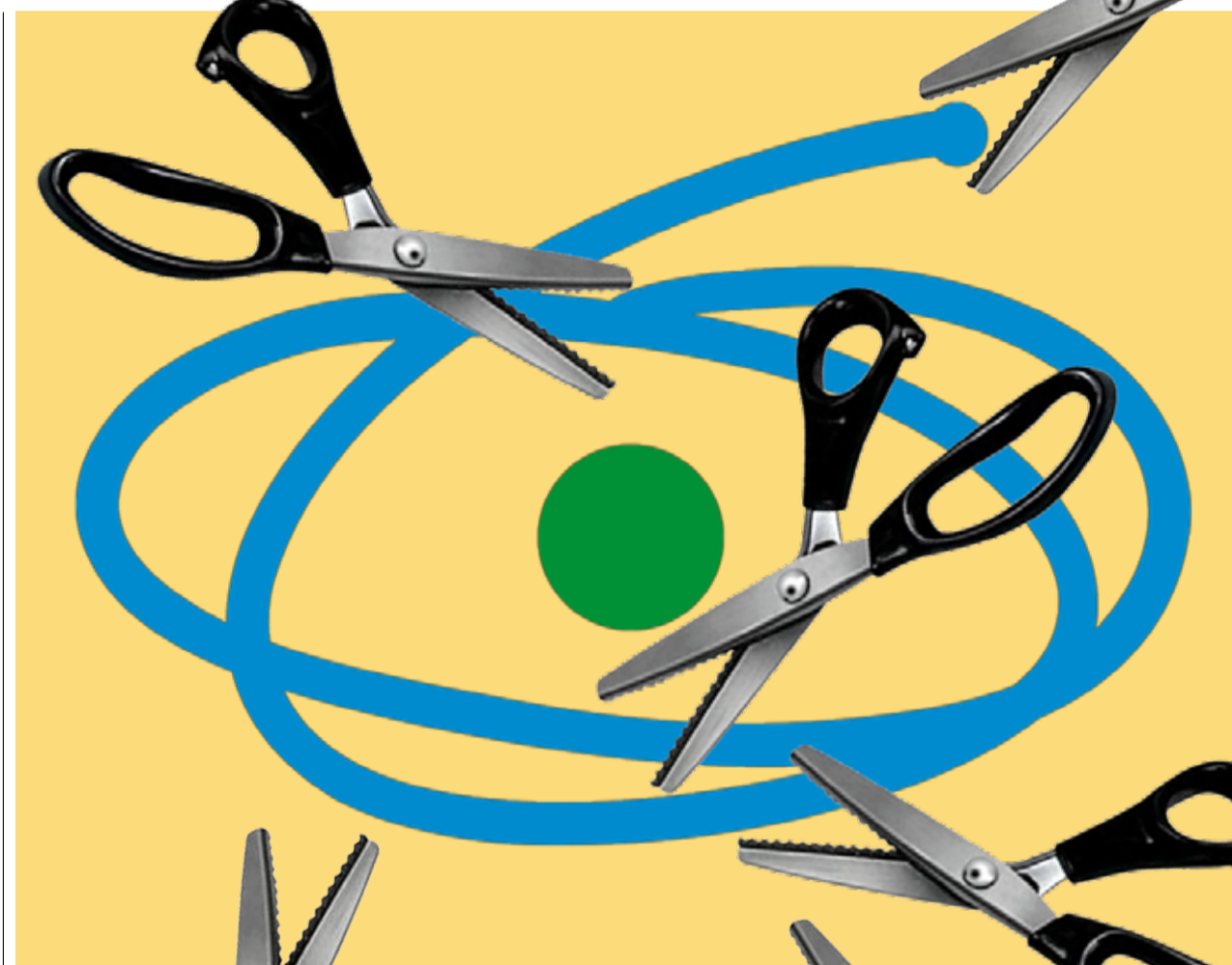
Os pró-reitores citam, ainda, os mais de 300 novos cursos de pós-graduação que serão iniciados em 2024 e que precisarão de suporte e financiamento. A carta termina exigindo a recomposição orçamentária da Capes e ampliação dos recursos destinados à Ciência e Tecnologia. “Um governo que tem como discurso que a aplicação de recursos em educação, ciência e tecnologia não é gasto, mas sim investimento, não pode sinalizar com este grau de restrição orçamentária”.

A semana terminou com atos em defesa da Capes e contra os cortes. Uma das ações foi um tuitão na quinta-feira (19), durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ, o professor João Torres reforça o sentimento da comunidade acadêmica. “Estamos muito preocupados com os cortes na Capes. Precisamos de ações políticas de pressão no governo pela academia; especialmente em temas orçamentários”, afirma.

Na última terça (17), no Museu do Amanhã, a presidente da Capes, professora Mercedes Bustamante, falou sobre o assunto: “Às vezes, encontramos alguns percalços no caminho e nada mais”, disse, durante evento de comemoração dos 60 anos do Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas, do Instituto de Biofísica da UFRJ.

Presidenta da AdUFRJ, a professora Mayra Goulart lembra que o conhecimento foi muito atacado nos últimos anos e precisa de apoio. “A diretoria da AdUFRJ vê com preocupação o



“A diretoria da AdUFRJ vê com preocupação o cenário de contingenciamentos em áreas do conhecimento.”

MAYRA GOULART  
Presidenta da AdUFRJ

cenário de contingenciamentos em áreas do conhecimento. Reconhecemos que o governo Lula está interrompendo um ciclo de cortes severos, mas essa interrupção, embora simbólica, não consegue recompor o Orçamento do Conhecimento que tínhamos em 2015”, ela aponta. Em recente levantamento, o

Observatório do Conhecimento mostrou que as áreas de educação, CT&I perderam recursos na ordem de R\$ 100 bilhões. “É necessário pressionarmos os tomadores de decisão para que setores tão estratégicos para o desenvolvimento do país sejam reconstruídos. Vamos apoiar iniciativas nessa direção”.

## ABONO PERMANÊNCIA PODE GERAR ATRASADOS DE R\$ 20 MIL

Professores sindicalizados à AdUFRJ que recebem abono permanência ou ganharam a parcela no contracheque nos últimos cinco anos têm direito a adquirir valores atrasados. A diferença provém de gratificações natalinas e do pagamento do adicional de férias pagos pela UFRJ e que não levam em conta o abono permanência no cálculo dos benefícios. De acordo com a assessoria jurídica da AdUFRJ, os valores estimados a que os docentes têm direito podem equivaler, em média, a R\$ 20 mil

em cinco anos.

Renan Teixeira, advogado do escritório Lindenmeyer Advocacia e Associados, que assessoria a AdUFRJ, afirma que já existe jurisprudência sobre o assunto. “A Turma Nacional de Uniformização, que justamente uniformiza entendimentos de todos os juizados especiais, possui, atualmente, um posicionamento favorável a respeito do tema”, comenta.

Numa primeira contagem, 684 professores filiados à AdUFRJ teriam direito ao recebimento desses valores atrasados. A dire-

toria enviou um comunicado por e-mail aos docentes com a cópia da procuração que precisa ser assinada e devolvida ao sindicato. Os docentes que desejarem ingressar com a ação devem encaminhar cópia dos contracheques dos últimos cinco anos – ou do período em que receberam o abono, desde que seja a partir de 2018 –, além de cópia do documento oficial com foto e comprovante de residência.

O aplicativo e site do SouGov possuem um passo a passo demonstrando como obter os con-

tracheques de anos anteriores em PDF, o que facilita o acesso aos documentos e agiliza o ingresso da ação judicial. Caso o docente não consiga obter os referidos documentos, é possível autorizar a assessoria jurídica a requerê-los na universidade.

As procurações e documentos podem ser entregues pessoalmente, ou enviados por meios digitais: e-mail e whatsapp do setor jurídico do sindicato.

Em caso de dúvidas, o sindicalizado pode entrar em contato com a AdUFRJ pelo telefone:

(21) 99808-0672. O número também é Whatsapp. Ou pelo e-mail: atendimentojuridico@adufrrj.org.br.

### COMO OBTHER O CONTRACHEQUE

Na página ou no aplicativo SouGov, após o login, clique em “Autenticação” e, em seguida, em “Ficha Financeira Anual”. A partir daí, basta selecionar os anos para os quais deseja realizar a consulta. É possível baixar, abrir, imprimir ou enviar os arquivos dos anos selecionados.

# COMPROMISSO E FESTA

Nova diretoria, com mandato até 2025, dará atenção especial aos processos de progressão e às condições de trabalho na UFRJ. Solenidade de posse congregou professores de diferentes unidades

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

Desburocratização dos processos funcionais docentes e melhoria das condições de trabalho. Estes serão temas centrais no mandato da diretoria que assumiu a AdUFRJ na noite de segunda, 16 de outubro. “Estamos falando de risco de incêndio, desabamento,

insalubridade de salas, corredores e laboratórios”, afirmou a nova presidenta, professora Mayra Goulart, durante uma elegante cerimônia realizada no Fórum de Ciência e Cultura.

Antes do começo do evento, logo na entrada do prédio, os professores receberam uma edição do jornal do sindicato com matérias sobre as precárias condições de infraestrutura do Centro de Ciências da Saúde, do IFCS e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). A nova

diretoria quer promover a continuidade desta série de reportagens e também cuidar dos processos de progressão ou promoção, mostrando as duplicidades e discrepâncias entre as diferentes unidades. “Nossa proposta é continuar recolhendo essas evidências para entregar um relatório com as principais demandas docentes à reitoria”, disse Mayra.

A direção recém-empossada reafirmou os princípios de uma atuação sindical diferente na universidade. “Este

é um movimento docente que não quer deixar ninguém para trás. E que aceita o desafio de congregar excelência e inclusão, mérito e democratização, luta e assistência. Com isso, nos diferenciamos dos extremistas de direita e de esquerda”, afirmou Mayra. “Nossa ação política é responsável e dialógica”.

A tarefa não é nada fácil. Mayra, porém, encerrou o discurso de posse com uma mensagem de esperança: “Nós somos poucos, mas somos bons e sabemos trabalhar. Por isso, vai dar certo”.

FOTOS: FERNANDO SOUZA



### SOB NOVA DIREÇÃO

Da esquerda para a direita, a nova direção da AdUFRJ: Marcio Marques Silva (2º tesoueiro); Karen Signori Pereira (1ª tesoureira); Rodrigo Nunes da Fonseca (2º secretário); Mayra Goulart (presidenta); Nedir do Espírito Santo (1ª vice-presidenta); e Antonio Mateo Solé Cava (2º vice-presidente). A professora Veronica Damasceno (1ª secretária) não pôde comparecer.



### REITOR PRESENTE

Representantes de parlamentares e do movimento estudantil, diretores de unidades e do campus Duque de Caxias, decaanos, pró-reitores e o reitor Roberto Medronho prestigiaram a solenidade de posse da diretoria e do Conselho de Representantes. “Desejo todo sucesso à diretoria e quero dizer que a reitoria está aberta ao diálogo, não só com a AdUFRJ, mas com todas as entidades representativas da UFRJ”, disse.

### BRINDES

Na noite seguinte ao Dia do Mestre, os professores ganharam alguns “mimos” à saída do evento. Foram distribuídos cadernos com a arte da campanha “Respeitar a universidade é valorizar o professor” e canecas com a marca do sindicato.



### BALANÇO

Antes de “passar o bastão”, os ex-diretores Ana Lúcia Fernandes e Ricardo Medronho, além de Mayra e da professora Nedir do Espírito Santo — que seguirá na gestão agora como 1ª vice-presidenta —, apresentaram um breve balanço das ações do mandato e agradeceram a dedicação da equipe de funcionários do sindicato. Atrás da mesa, foram projetadas imagens das muitas atividades realizadas pela AdUFRJ nos últimos dois anos. “Nós trabalhamos bastante, viu?”, brincou Nedir.



### CONSELHO TAMBÉM EMPOSSADO

Durante a solenidade, também houve a posse dos nomes eleitos para o Conselho de Representantes da AdUFRJ. São 69 docentes de 31 unidades. Entre eles, o professor Ricardo Medronho, da Escola de Química (ao centro). Aqui, ele confraterniza com os colegas Nelson Braga, diretor da Física; Walcy Santos e Maria Fernanda Elbert, da Matemática; e Maria Paula, da História, ex-diretora da AdUFRJ.